

Educação patrimonial em arquivos: desafios e potencialidades no contexto da Quarta Colônia

*Jorge Alberto Soares Cruz*¹

doi.org/10.47585/9786584591103.4

A Quarta Colônia

A Quarta Colônia é um território que está localizado na região central do Rio Grande do Sul, próximo à cidade de Santa Maria, e é formado por nove pequenos municípios², que em sua maioria foram criados por imigrantes italianos e alemães que começaram a chegar na região na segunda metade do século XIX. É preciso destacar, no entanto, que anteriormente à chegada desses imigrantes, parte desse território era ocupado por povos originários, afrodescendentes (alguns descendentes de populações quilombolas) e portugueses.

Segundo Cruz (2020), “no geral, os municípios da Quarta Colônia são semelhantes em sua organização política e econômica, diferenciando-se no tamanho do espaço territorial, no número de habitantes e, em alguns casos, na formação cultural”.

Nesse contexto, visando a preservação das culturas e identidades regionais, torna-se necessária a manutenção de arquivos, museus e bibliotecas como os lugares de memória e testemunho do passado, fortalecendo a rememoração e leitura do passado histórico do território da Quarta Colônia. Assim, é possível afirmar que os arquivos e os documentos podem ser usados como mais uma ferramenta em projetos de educação patrimonial.

1 Doutor em História(PPGH-UFSM) , professor lotado no Departamento de Arquivologia da Universidade Federal de Santa Maria. | E-mail: jorgecruz@ufsm.br.

2 São João do Polêsine, Nova Palma, Faxinal do Soturno, Dona Francisca, Silveira Martins, Ivorá, Pinhal Grande, Agudo e Restinga Seca.

Educação patrimonial em arquivos

Em relação à Educação Patrimonial em arquivos, podemos afirmar que essa tarefa é um grande desafio para arquivistas e professores. Isso porque esses profissionais devem interagir para pensar conjuntamente nas potencialidades existentes nos acervos a fim de que possam ser trabalhadas de forma a estimular o acesso e a democratizar as informações, possibilitando o conhecimento da cultura e da história regional. Nesse sentido, Horta (2004) explica que:

A Educação Patrimonial consiste em provocar situações de aprendizado sobre o processo cultural e, a partir de suas manifestações, despertar no aluno o interesse em resolver questões significativas para sua própria vida pessoal e coletiva. O patrimônio histórico e o meio ambiente em que está inserido oferecem oportunidades de provocar nos alunos sentimentos de surpresa e curiosidade, levando-os a querer conhecer mais sobre eles. Nesse sentido podemos falar na ‘necessidade do passado’, para compreendermos melhor o ‘presente’ e projetarmos o ‘futuro’. (HORTA, 2004, p. 3).

Além disso, a Educação Patrimonial deve instigar os alunos a buscarem resolver questões relacionadas aos acontecimentos históricos de suas famílias e da comunidade onde estão inseridos. Diante desse cenário, surge a seguinte indagação: Como envolver a comunidade escolar da Quarta Colônia em projetos de Educação Patrimonial, em espaços culturais que não fazem parte da educação formal, como é o caso dos arquivos?

Em relação ao tema ‘Educação Patrimonial em arquivos’, acreditamos que existem inúmeras dificuldades, e elas aumentam quando nos referimos a acervos arquivísticos existentes na Quarta Colônia que, com raríssimas exceções, estão organizados e aptos a serem pesquisados³.

As referidas exceções podem ser observadas, por exemplo, por meio do arquivo do Centro de Pesquisas Genealógica⁴ (CPG), localizado no município de Nova Palma; do arquivo pessoal do senador Alberto Pasqualini, que se encontra sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal de Ivorá; dos arquivos existentes no Museu do Imigrante Eduardo Marcuzzo, localizado no distrito de Vale Vêneto, no município de São João do Polêsine, cujo acervo foi reunido pelo Padre Clementino Marcuzzo; e do arquivo do Museu Fotográfico Irmão Ademar da Rocha, no município de Faxinal do Soturno, cujo acervo é formado por fotografias e negativos referentes a fatos do cotidiano da região.

Nesses acervos documentais, independentemente do suporte, podemos encontrar testemunhos da história de algumas famílias e dos municípios que compõem a Quarta Colônia. Esses documentos mostram fatos da vida de personagens que protagonizaram momentos importantes na história local

3 Em 2020, durante a II Jornada de Educação Patrimonial promovida pela Pró-reitora de Extensão da UFSM, realizamos uma fala apontando a necessidade de criação dos Arquivos Municipais como os locais de memória da região.

4 O acervo documental do CPG é formado por um conjunto de livros manuscritos de genealogia das famílias de descendentes de imigrantes italianos e por uma variedade de tipologias documentais organizadas segundo uma metodologia criada pelo padre Luiz Sponchiado. Esses documentos encontram-se em caixas de camisas identificadas por municípios ou por nomes de famílias ou de personalidades marcantes no contexto da Quarta Colônia. Porém, no interior das caixas, os documentos (fotografias, recortes de jornais, apontamentos e correspondências recebidas ou colhidas pelo pároco) não obedecem a nenhuma ordenação ou classificação (CRUZ, 2020, p. 58).

e nacional. Neste contexto, parafraseando Arlete Farge (2009), podemos afirmar que nesses arquivos tudo se focaliza em alguns instantes da vida de indivíduos comuns, que raramente são visitados por pesquisadores que realizam a ligação do passado com o presente.

Os arquivos citados anteriormente fazem parte das referências culturais das diferentes famílias e grupos sociais que compõem a população da Quarta Colônia. Sendo assim, é possível equiparar esses acervos documentais, em nível de importância, com outras referências culturais existentes na região, como as paisagens naturais (Bioma Pampa e Mata Atlântica), os fósseis⁵, a culinária regional⁶, as celebrações religiosas⁷, dentre outros. Neste sentido, pode-se afirmar que os arquivos e documentos fazem parte da cultura, da identidade e da coesão de grupos sociais organizados.

Ainda em relação às 'Referências Culturais', o IPHAN (2000) complementa:

São também as artes, os ofícios, as formas de expressão e os modos de fazer. São as festas e os lugares a que a memória e a vida social atribuem sentido diferenciado: são as consideradas mais belas, são as mais lembradas, as mais queridas. São fatos, atividades e objetos que mobilizam a gente mais próxima e que reaproximam os que estão longe, para que se reviva o sentimento de participar e de pertencer a um grupo, de possuir um lugar. Em suma, referências são objetos, práticas e lugares apropriados pela cultura na construção de sentidos de identidade, são o que popularmente se chama de raiz de uma cultura. (IPHAN, 2000 p. 29).

Além disso, essas referências são testemunhos do passado histórico e, devido ao seu grau de importância, muitas vezes possuem a característica que perpetuam, de forma voluntária ou involuntária, além das memórias coletivas, que podem ser registros, escritos ou não, que fazem alusão a personagens e fatos esquecidos em algumas caixas e estantes dos arquivos.

Aos coordenadores e profissionais envolvidos em projetos de Educação Patrimonial (professores, arquivistas, museólogos, historiadores etc.) cabe a missão de compartilhar e treinar pessoas da comunidade que transmitirão experiências e conhecimentos referentes aos conceitos relacionados ao tripé "memória, identidade e patrimônio". Nesse sentido, Joel Candéau (2016) afirma que o patrimônio pode ser considerado uma extensão da memória e essa, por sua vez, funciona como um reforço da identidade. Ainda em relação à memória, o autor afirma que ela é a responsável pela manutenção da identidade. Se for restituída, a memória esquecida de uma pessoa **ou de um grupo social**⁸, é o mesmo que restituir sua identidade (CADEAU, 2016). Sendo assim, nos arquivos e museus, os pesquisadores e visitantes, através de fragmentos da história, realizam a ligação dos acontecimentos passados com a contemporaneidade, reconstituindo fatos e memórias de famílias e pessoas comuns que haviam sido esquecidas pelo tempo⁹.

5 Na região da Quarta Colônia são encontrados fósseis de espécies raras de animais pré-históricos datados de 180 a 200 milhões de anos.

6 Comidas típicas de imigrantes italianos e alemães.

7 Influência da Igreja Católica.

8 Grifo nosso.

9 Esta afirmação é baseada em fatos reais, observados no Centro de Pesquisa Genealógicas na cidade de Nova Palma e no Museu do imigrante no Distrito de Vale Vêneto na cidade de São João do Polêsine. "Observamos que alguns dos visitantes do CPG e do museu se emocionam ao ver as coleções, pois eles rememoram e se identificam com alguns documentos e objetos consultados ou expostos" (CRUZ, 2019).

Tendo em vista as atividades de Educação Patrimonial, que muitas vezes fazem parte de projetos pedagógicos, devemos ressaltar a importância da preservação de documentos e objetos que fazem alusão à memória, à identidade, ao patrimônio e à cultura dos povos. Também não se pode esquecer que as famílias já possuem o hábito de guardar documentos, objetos, fotografias, saberes e fazeres que formam parte das histórias, da memória e da cultura familiar¹⁰.

No que concerne à memória, Ricouer (2007) explica que ela passa pelos arquivos e pelos documentos que são os testemunhos de lembranças. Para os pesquisadores, essas lembranças são memórias reconstruídas a partir de testemunhos de acontecimentos do passado que buscam lembranças comuns de um grupo social e étnico. A historiadora Arlette Farge (2009) afirma que os arquivos são lugares onde é possível encontrar alguns momentos da vida de personagens comuns que possuem o potencial de ligar o passado ao presente, por meio do trabalho dos pesquisadores.

Também podemos afirmar que nos arquivos são encontrados documentos considerados a memória documental de famílias de uma comunidade inserida em um espaço territorial. Essas memórias são formadas por documentos textuais, iconográficos, sonoros etc. Nesse sentido, os arquivos, museus e bibliotecas são considerados locais de memórias, que são criados visando evitar a amnesia, individual ou coletiva, provocada pelo tempo. Nas palavras de Pierre Nora (1993):

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. É por isso a defesa, pelas minorias de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e ecumênicos guardados que nada mais faz do que levar à incandescência a verdade de todos os lugares de memória. (NORA, 1993, p. 13).

Assim, os arquivos e os documentos produzidos e recebidos por uma comunidade, inserida em um espaço territorial, devem ser considerados como lugares de memória.

Portanto, a valorização dos arquivos, dos centros de documentação e dos centros de memórias, tem proporcionado o surgimento de novos temas de estudo em várias áreas do conhecimento humano, além de despertar o interesse no desenvolvimento de projetos científicos e de Educação Patrimonial.

No Brasil, a preocupação em preservar e patrimonializar arquivos e documentos apareceu pela primeira vez na Constituição de 1946, que ressaltava os documentos como patrimônio. Na Carta de 1967, a patrimonialização de documentos é equiparada às obras de arte, locais de valor histórico, monumentos, paisagens naturais e jazidas arqueológicas, sendo que a proteção desses deveria ser responsabilidade do poder público. O artigo 216, inciso IV, da Constituição de 1988, reforça o documento como algo passível de patrimonialização.

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à

¹⁰ Nem tudo que forma uma cultura é patrimônio cultural. Por exemplo, aspectos como a falta de educação no trânsito ou o costume de jogar lixo na rua são, sem dúvida, aspectos culturais, mas, definitivamente, não são patrimônios culturais (IPHAN, 2016, p. 8).

memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: [...].

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico culturais [...]. (BRASIL, 1988).

O grande marco na preservação do patrimônio cultural brasileiro ocorreu na década de 30 com a carta de Atenas (1931), o que provocou o surgimento de um artigo¹¹, na Constituição de 1934, que estabelecia como competência da União, dos estados e dos municípios a missão de proteger os objetos de interesse histórico e do patrimônio artístico do país. Devemos salientar, entretanto, que essa Carta não previa especificamente que os documentos poderiam ser patrimonializados. Nesse contexto, os documentos podem ser vistos como objeto de interesse histórico.

Projetos de Educação Patrimonial estão diretamente relacionados ao acesso às informações, o que pode proporcionar a busca pela rememoração do passado histórico. Pode-se afirmar, assim, que essas lembranças estão ligadas a um grupo porque as pessoas vivem em uma sociedade e os acontecimentos individuais ocorrem nesses espaços de convivência do grupo.

Nesse contexto, a Educação Patrimonial “trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional multidisciplinar centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo” (HORTA, GRUMBERG, 1999, p. 4). Ademais, a Educação Patrimonial pode ser considerada como:

[...] um instrumento de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Este processo leva ao reforço da auto-estima dos indivíduos e comunidades e à valorização da cultura brasileira, compreendida como múltipla e plural. (HORTA, GRUMBERG, 1999, p. 4).

Considerando a Educação Patrimonial em arquivos, torna-se necessário explicar o que significa patrimônio documental e como ele pode colaborar com o acesso democrático das informações públicas e privadas. Para Bellotto (2000), o patrimônio documental faz alusão aos acervos dos arquivos permanentes independentemente de serem normativos, testemunhais ou informativos. Além disso, a autora destaca que os documentos que integram o patrimônio documental são aqueles que:

[...] já cumpriram a sua função imediata, ligada à razão pela qual foram gerados; que já não tramitam; que já passaram pelo arquivo corrente; que já, submetidos a tabela de temporalidade, foram avaliados como de valor permanente, pela densidade de seu valor informativo testemunhal, tanto para a história institucional da entidade que os produziu/recebeu/ acumulou, como para a sociedade, em cujo contexto viveu e atuou esta instituição. (BELLOTTO, 2000, p. 154).

Nesse sentido, podemos afirmar que o patrimônio documental arquivístico é o resultado

11 Artigo 148, capítulo II, que trata da educação e da cultura.

das atividades de uma pessoa ou instituição inserida em um espaço geográfico. Dessa maneira, os acervos documentais devem ser considerados partes importantes da cultura, memória e da identidade de um indivíduo ou de um grupo social.

Atualmente, algumas pessoas comuns e autoridades nacionais e regionais estão preocupadas em preservar os acervos documentais que guardam registros de momentos e fatos que fazem parte da memória, identidade e patrimônio histórico regional. Para tanto, torna-se necessária a criação de arquivos que podem ser considerados como vozes e guardiões dos vestígios históricos e culturais dos territórios onde estão inseridos. Nesses territórios, é onde se fortalecem as relações ideológicas, identitárias, culturais, sociais e emocionais.

Ainda em relação à criação de arquivos, Pierre Nora (1993) salienta:

Nenhuma época foi tão voluntariamente produtora de arquivos como a nossa, não somente pelo volume que a sociedade moderna espontaneamente produz, não somente pelos meios técnicos de reprodução e de conservação de que dispõe, mas pela superstição e pelo respeito ao vestígio. À medida em que desaparece a memória tradicional, nós nos sentimos obrigados a acumular religiosamente vestígios, testemunhos, documentos, imagens discursos, sinais visíveis do que foi. (NORA, 1993, p. 15).

Deve-se destacar que, no Brasil, os relatos referentes a projetos relacionados à Educação Patrimonial em arquivos ainda são pouco explorados ou pouco difundidos.

Exemplos de projetos de educação patrimonial em arquivos

Na Quarta Colônia, o grande exemplo de projetos de Educação Patrimonial com a utilização de documentos aconteceu na década de 90, século XX, com o Projeto Regional de Educação Patrimonial (PREP) coordenado pela secretaria de Cultura e Turismo do Município de Silveira Martins e pelo senhor José Itaquí.

Os projetos procuravam reconstruir e valorizar a cultura e a identidade regional por meio de lugares de memória, **objetos, documentos**, bem como, da paisagem natural representada pelo Bioma Pampa e pela Mata Atlântica.

Também trabalhou-se com arquivos pessoais pertencentes às famílias dos alunos das escolas da região. De forma pioneira, o PREP envolveu professores, alunos, pais, avós e demais membros das comunidades. Segundo Cruz (2020), o PREP tinha, dentre seus objetivos, fortalecer o sentido de regionalidade, destacando a importância e o reconhecimento da Quarta Colônia na formação da identidade cultural da região central do Estado do Rio Grande do Sul.

Outros bons exemplos de projetos de Educação Patrimonial em arquivos – que têm dentre seus objetivos aprofundar o exercício da cidadania proporcionando o acesso à informação aliado à difusão educativa e cultural de seus acervos –, ocorreram no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS) em conjunto com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Dentre os projetos do APERS, destaca-se o intitulado ‘**Os Tesouros da Família Arquivo**’, que

trabalha com documentos referentes à vida de pessoas que foram escravizadas no Rio Grande do Sul. Com o auxílio da Associação dos Amigos do APERS e de projetos do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), foram desenvolvidas caixas com jogos e a reprodução de documentos do arquivo. O projeto foi destinado a alunos de sexto e sétimo ano e visava mostrar aos estudantes a resistência e as cicatrizes sociais deixadas pela escravidão no Estado sulista.

Ainda no APERS, são desenvolvidas oficinas com documentos que mostram a trajetória de ex-presos políticos da ditadura civil-militar brasileira, que teve início em 1964. Esse projeto tem como título: **‘Resistência em Arquivo: patrimônio, ditadura e direitos humanos’**

O acervo da Comissão Especial de Indenização é composto por 1.705 processos administrativos de indenização, 231 processos administrativos de antecedentes políticos e documentos administrativos que tratam do funcionamento da referida Comissão, tais como atas, relatórios, portarias, ofícios e memorandos. Documentação que foi recolhida ao APERS, oriunda da Secretaria da Segurança Pública, no ano de 2009. Esse acervo guarda inúmeras informações sobre o período da ditadura civil militar no Brasil e especialmente no Rio Grande do Sul. E para que cumpramos nosso dever institucional, a equipe do APERS trabalha em ações voltadas para sua divulgação, que objetivam contribuir, por exemplo, para a produção do conhecimento histórico. (ALVES 2015, p. 16).

Ademais, no APERS se desenvolve o projeto **Arquivo Público: relações de gênero na história**, que trabalha com um conjunto documental composto por inventários, processo-crime, certidão de nascimento, habilitação de casamento e processo de desquite etc.

Potencialidade de projetos multidisciplinares em arquivos da Quarta Colônia

Como relatamos anteriormente, existem poucos arquivos na região da Quarta Colônia com potencial de serem utilizados em projetos de Educação Patrimonial em acervos documentais. Desses, cada um possui determinadas especificidades.

No arquivo do Museu Fotográfico Irmão Ademar da Rocha, no município de Faxinal do Soturno, poderiam ser desenvolvidas oficinas fotográficas com atividades teóricas e práticas reunindo professores de Química, Português, História, Geografia, dentre outros.

Nesse acervo, além da revelação de algumas fotos em preto e branco a partir de negativos existentes, seria possível desenvolver o projeto Pin-Hole (Fotografia na Lata) em que os alunos poderiam fotografar monumentos e pontos turísticos do município. Além disso, teriam o potencial para realizar pesquisas referentes à história dos monumentos escolhidos.

Em Ivorá, na documentação do acervo de Alberto Pasqualini, uma proposta seria o desenvolvimento de atividades referentes a sua participação na criação da Petrobrás e sua atuação como senador da República. Além disso, nesse acervo, poderia ser trabalhada uma leitura paleográfica das cartas do senador previamente selecionadas. Também seria possível realizar uma visita guiada à casa-museu onde Alberto Pasqualini passou parte de sua vida.

Dos arquivos citados, o que apresenta a maior variedade de possibilidades é o arquivo do Centro de Pesquisa Genealógica (CPG), localizado no município de Nova Palma. O CPG é considerado um dos maiores acervos documentais referentes à imigração italiana do Rio Grande do Sul e é fruto das pesquisas do Padre Luiz Sponchiado, que tinha dentre seus objetivos fortalecer a identidade e a cultura regional. O pároco afirmava que: “povo sem memória perde o sentido de ser”. Ademais, esse arquivo está focado em aspectos relacionados em momentos da vida e do cotidiano de famílias e pessoas comuns que, não fosse por esse arquivo, poderiam ser esquecidas e a história não teria uma parte de seus registros preservados. Nesse acervo, poderiam ser realizadas pesquisas familiares, pesquisas referentes à história dos municípios e pesquisas referentes à vida de personagens que estão esquecidos em alguma caixa nas estantes do arquivo.

Considerações Finais

Em relação à Educação Patrimonial na Quarta Colônia, destacamos que alguns avanços estão acontecendo. Na cidade de Nova Palma, um Projeto de Lei (1881/2021), de autoria da vereadora Jusemara Rossato, inclui a Educação Patrimonial no currículo das escolas do município. Outro exemplo diz respeito à cidade de Restinga Seca, em que através de um projeto da professora Raquel Cassol, o Conselho Municipal de Educação aprovou a Resolução 02/2021, que inclui a Educação Patrimonial como componente curricular no ensino fundamental – anos iniciais.

Com isso, a proposição de projetos de Educação Patrimonial nos acervos arquivísticos possibilitará aos alunos o conhecimento da história regional por meio dos documentos. Além disso, o trabalho desenvolvido nos arquivos pode ser considerado um instrumento de aprendizado e de exercício de cidadania, além de ser uma forma de preservação da memória, da identidade e do patrimônio histórico e documental dos moradores da Quarta Colônia.

Cabe ressaltar que, antes da elaboração de projetos de educação patrimonial em arquivos, é recomendado que aconteçam encontros entre os profissionais de arquivo e professores, para que se possa realizar uma seleção prévia dos documentos e dos temas que se pretende trabalhar.

Referências

ALVES, Clarissa Sommer; BRANDO, Nôva; MENEZES, Vanessa Tavares. Ação Educativa e Educação Patrimonial em Arquivos: a oficina “Resistência em Arquivo: Patrimônio, Ditadura e Direitos Humanos” no APERS. **OPIS**, Goiânia, v. 15, n. 1, p. 09–27, 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.5216/o.v15i1.34721>>. Acesso em: 27 ago. 2022.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Patrimônio documental e ação educativa nos arquivos. **Ciências & Letras: Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras**, n. 27, p. 151-166, jan/jun 2000.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto por Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. (Série Legislação Brasileira).

CANDEAU, Joel. **Memória e identidade**. Tradução Maria Leticia Ferreira. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2016.

CRUZ, J. A. S.; FLORES, D.; CARVALHO, T. Colcha de Retalhos. **Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura**, Campinas, SP, v. 24, n. 2, p. 47–64, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.20396/resgate.v24i2.8647863>>. Acesso em: 27 ago. 2022.

CRUZ, Jorge A.S. **A Identidade e a Memória como Fatores de Integração: A Quarta Colônia de Imigração Italiana do RS/Brasil e o Desenvolvimento Regional (1955-2020)**. Tese (Doutorado em História), UFSM/PPGH, 2020.

FARGE, Arlete. **O sabor dos arquivos**. Tradução de Fátima Murad. São Paulo: Edusp, 2009.

FLORÊNCIO, Sônia Regina Rampim *et al.* **Educação patrimonial: inventários participativos: Manual de aplicação**. Brasília: IPHAN, 2016.

HORTA, M. L. P., GRUNBERG, E., MONTEIRO, A. Q. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. Lições das coisas: o enigma e o desafio da Educação Patrimonial. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 31, 2004.

IPHAN. **Instituto do patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Inventário nacional de referências culturais: Manual de aplicação. Brasília, 2000. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Manual_do_INRC.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2022.

ITAQUI, José; VILAGRAN, Maria Angélica. **Educação Patrimonial: a experiência da Quarta Colônia**. Santa Maria, RS: Pallotti, 1988.

MURILLO, Manuel Vázquez. El patrimonio documental en el siglo XXI. In: CONGRESSO DE ARCHIVEROS DEL MERCOSUR, 7, 2007, Viña del Mar, Chile. **Anais...** Viña del Mar Chile: Asociación de Archiveros de Chile, 2007. p. 100-114.

NORA, Pierre. Entre Memória e História. A problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, v. 10, n. 10, p. 7-28, 1993.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Unicamp, 2007.

SPONCHIADO, Breno; PADOIN, Maria Medianeira; CRUZ, Jorge Alberto Soarez. **Imigração e Quarta Colônia**: Nova Palma e Pe. Luizinho. 2. ed. Santa Maria, RS: Editora UFSM, 2019.

